

O ribeiro onde Elvira brincava Secou mas a democracia não

Revisão do Plano Director Municipal da Maia faz-se com recurso à participação cidadã. Contam-se às centenas as pessoas que aceitaram o desafio de discutir as suas propostas para o concelho

Maia

Abel Coentrão

Quinta-feira não tem nada para ser melhor dia do que um domingo para o exercício da democracia. Mas na mesma semana em que a abstenção foi de novo notícia, por ter subido a um novo patamar nas eleições legislativas, no Fórum Jovem da Maia, metade centena de pessoas mostrava que há formas diferentes de activar os cidadãos, para fazer cidadania.

O motivo, um pouco árido, diria alguém familiarizado com os documentos, era a revisão do Plano Director Municipal (PDM). Mas o investigador José Carlos Mota e a sua equipa são peritos em transformar temas difíceis em exercícios revigorantes de democracia. Juntar à festa alguma broa, doces e bom vinho ajuda? Sim, mas não chega para explicar o que está a acontecer na Maia.

O processo de revisão do PDM da Maia vai na sua terceira fase, o que, para o caso, tende em conta o método de participação que está a ser seguido, significa uma segunda ronda de reuniões abertas com as comunidades de cada uma das dez freguesias do concelho, que no momento do diagnóstico já tinham sido chamadas a partilhar as suas memórias, as suas queixas e a sua visão sobre os recursos do concelho.

Centenas de pessoas aceitaram o desafio de participar numa iniciativa incomum, que não espera que os contributos cheguem na caixa de correio ou em alguma reunião pública clássica, de púlpito de um lado e plateia no outro. É a segunda ronda, agora dedicada a afinar as propostas resultantes da fase anterior, parece ir pelo mesmo caminho.

O PÚBLICO assistiu ao terceiro des- encontros, na principal e mais urbana de todas as freguesias, a da Cidade da Maia, na noite de quinta-feira. Numa sala ampla, quatro grandes mesas, preparadas, cada uma, para uma dúzia de pessoas, enche-

ram-se rapidamente, num ambiente a fazer lembrar outros tempos em que, cansados da mordaca de décadas, eram mais que muitos os que queriam levantar o braço, contribuir para o debate; gente mais velha, algumas, o normal numa cidade em que são muitos os habitantes residentes desde a nascente, mas na qual são também cada vez mais – a população do concelho cresce 20% por década – os que aqui se instalaram, adultos, vindos das cidades vizinhas.

Sem palco para os políticos

No auditório do Fórum Jovem da Maia, só mesmo a acústica, muito má para um sítio destinado a reuniões e pequenos espetáculos, parecia querer prejudicar o cenário montado para "a festa da democracia", como lhe chamou o director do mestreado em Planeamento Urbano da Universidade de Aveiro (UA), José Carlos Mota. Lidera uma equipa que, tanto ou mais do que planear, faz vida a activar os cidadãos para a participação nestes processos. Quinze minutos depois de o encontro começar e de cada moderador, do grupo da UA, ter entregue a cada presente a tarefa de discutir uma das 16 propostas em cima de cada mesa, o nível de debate elevava-se ao patamar de um mercado de rua. Mau para os ouvidos, mas uma demonstração do interesse suscitado.

Entre tantas vozes no ar, dos políticos só se ouvia mesmo as boas-vindas da presidente de Junta da Maia, Olga Freire, que foi depois rodando entre as mesas, dedicadas à socioeconomia, ambiente, mobilidade e centralidades. O vice-presidente da câmara, Mário Nuno Neves, ainda andou por ali, de pé, a um canto, cumprimentou os presentes, abanando a cabeça, quando o referiram, mas ninguém o ouviu. Este não é o momento de intervenção ou interrogação de decisões políticas, e, como o autarca explicava, em declarações ao PÚBLICO, participa num encontro como este implica, por parte dos cidadãos, a capacidade



Testar propostas no terreno

Depois de concluída a segunda ronda pelas dez freguesias da Maia (ainda faltam sete encontros), a equipa da UA que está a colaborar com a autarquia vai para o terreno, e, em iniciativas de urbanismo tático, por exemplo, algumas das propostas saídas destas reuniões com a população. Sem gastar muito dinheiro, o objectivo é pôr as pessoas a experimentar, durante algumas semanas, soluções para colas tão concretas quanto um

descampado junto a uma urbanização no Castelo da Maia, que poderia ser um pequeno parque de proximidade, ou formas de mitigação do trânsito automóvel na Rua Afonso Henriques. Noutra localidade, a própria comunidade vai ser chamada a ajudar a melhorar as condições de fruição das margens do rio Leça, afectado, ainda, por muitas fontes de poluição. Num dos debates desta semana, seguindo o Fernando Teixeira Gonçalves

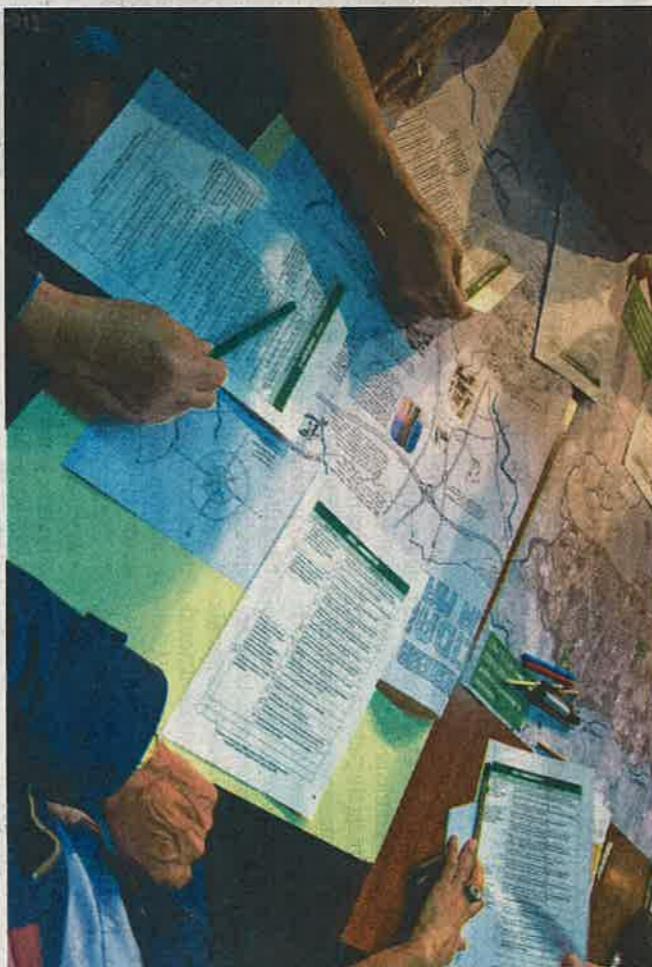
pela história e figuras locais, decidiu-se montar uma exposição no posto de turismo que explore os vários sentidos da identidade maiata. Ainda não se sabe como será o próximo PDM, mas é certo que haverá, nos mapas e regulamentos, a marca de muitos cidadãos cujos rostos vão sendo registados, reunião a reunião, nos desenhos de Gil Moreira, outro dos membros da UA que está a activar a democracia no que resta das antigas Terras da Maia.



Este exercício visa criar espaços de escuta

José Carlos Mota
Director do mestrado em Planeamento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro (UA)

FOTOS: PAULO PIMENTA



Na quinta-feira à noite, no Fórum Jovem da Maia, decorreu o terceiro encontro para discutir a revisão do PDM. Juntar à festa alguma broa, doces e bom vinho ajuda, e finaliza as horas seguidas de discussão

de colocar as suas questões pessoais enquadradas nas necessidades coletivas, da rua, da urbanização, da cidade, sem receio de se confrontarem com os decisores.

E foi isso que aconteceu. Sentados, num primeiro momento, mas logo de seguida de pé, caneta em riste, desenhando linhas no mapa, ou simplesmente explicando aos restantes, com os olhos no "terreno", a sua proposta, os participantes desenvolveram uma estranha coreografia, despidas de tecnologia, quase, mas carregadas de vontades. A dado momento, na mesa dedicada ao ambiente, que por questões de espaço ficou montada no palco, um metro acima das restantes, parecia que se discutia algum plano de batalha, mas na verdade, as cabe-

ças, muito juntas, procuravam no mapa as antigas quintas, ou o que das restas, na cidade que cresceu predando propriedades rurais.

As memórias de Elvira
Não falta verde à Maia. Verde projectado para estar, brincar, no contexto da urbanização das últimas décadas, mas também verde desse mais antigo, alimentado por ribeiros, por um rio Leça de cujas águas puras os estranhos coreógrafos, despidos de tecido, segundo o diagnóstico feito para o novo PDM, têm boas e saudáveis memórias. Elvira Rebelo, funcionária pública, explica que foi criada num antigo casal, onde ainda subsiste um moinho, junto à igreja de Ver-o-Peso, outrora alimentado por um ribeiro que, no troço que atravessa a

propriedade, secou. "Não há água", e faltam a Elvira os girinos com que brincava na infância passada com o avô, moleiro, e a ver, nos tanques, as lavadeiras da freguesia.

Em resposta a um desafio lançado pela arquitecta paisagista Teresa Andresen, mas também por via da existência, no concelho, de uma cooperativa agrícola com algumas dezenas de associados jovens, e abertos à inovação, nesta revisão do PDM tem-se discutido muito a possibilidade de reafectar espaços não urbanizados para a produção agrícola, de modo a criar uma cadeia de abastecimento de proximidade, para alguns produtos.

Sabemos, todos, que a logística do

importante para as emissões de CO₂ associadas aos transportes, e à escala global, a agricultura urbana entrou na agenda das cidades mais empenhadas em atacar o problema.

"O PDM não pode obrigar ninguém a cultivar a terra", dizia alguém. Mas pode dar sinais, através da classificação dos solos e da inscrição do tema na estratégia de desenvolvimento do concelho, como está a fazer.

A Maia vive um processo de consolidação urbana. Ainda há alguns pontos do território a precisarem de um bom trabalho de costura, e esse era um dos debates que estimulavam a conversa na mesa dedicada à mobilidade, mas também ao lado, em que se discutiam as centralidades. É tudo

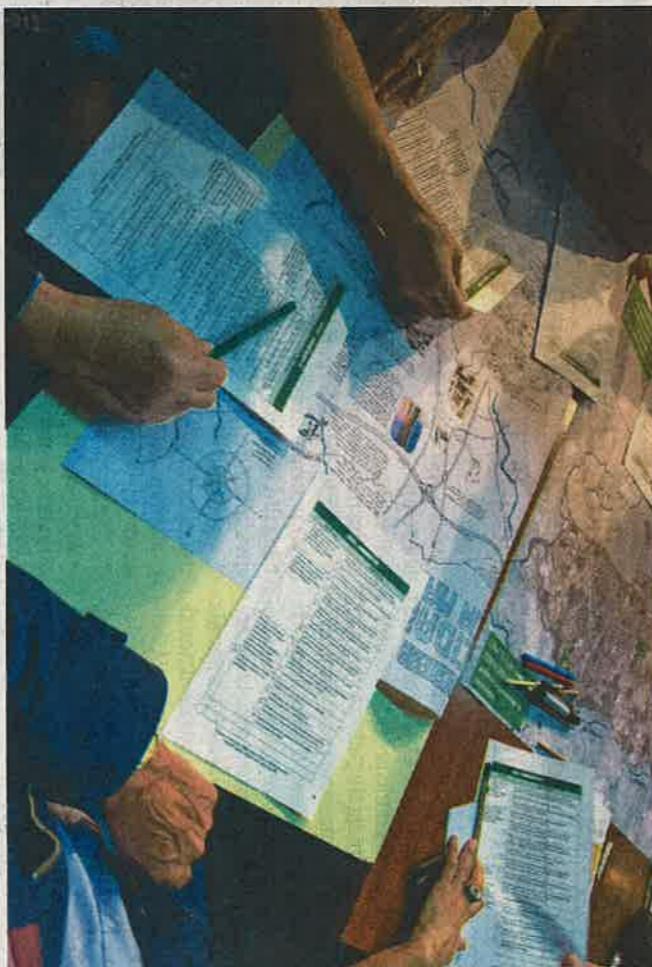
quando uma sucessão de aplausos,

intervalados por alguns minutos, indicava a conclusão das tarefas de cada grupo. José Carlos Mota ainda deu a um representante de cada

mesa a oportunidade de fazer um resumo das respectivas conclusões, mas os olhos, a barriga, já não estavam pousados nos papéis.

O que vinha a seguir, disse ao PÚBLICO, era tão importante como o resto, pois à volta daquelas igualdades, acompanhadas de um copo de bom vinho, a conversa prolongava-se, distendida. "Este exercício visa criar espaços de escuta. As pessoas têm poucas oportunidades para se fazerem ouvir", assinalava o docente da UA, visivelmente feliz com a adesão a estas sessões.

acentrao@publico.pt



uma questão de espaço público: espaço público para se circular, espaço público para estar. Ainda se ouviram vozes a pedir passeios, onde eles fazem falta, ou a pedir que estes sejam alargados, para retirar protagonismo ao omnipresente automóvel, que vai salvando o dia a quem sente que o transporte público, no interior do concelho, não serve as suas necessidades; vozes a pedir uma tabela de basquetebol numa praça, vozes a pedir percursos verdes, arborizados, a ligar largos e prazas. Vozes com vontade de chegar ao céu.

Se há momentos em que se percebe que um mapa não é só um mapa, e que há muita vida a correr entre aquelas linhas de múltiplas cores, este é um deles. Despida da linguagem técnica do urbanismo e da arquitectura – que ainda se ouviu numa apresentação inicial de um membro da equipa da revisão do PDM –, a discussão fazia-se de percepções e desejos, sob a mediação do município, mas muito de igual para igual.

Cada mesa tinha como objectivo depurar as propostas que tinha em mãos, eliminar as menos importantes, e o trabalho foi-se fazendo noite dentro, imune, sabe-se lá como, ao cheiro da broa quente e de outras iguarias que Fátima Ramalho, uma produtora local, ofereceu para este encontro, e que chegaram, impossíveis de ignorar, a meio da sessão.

Pouco faltava para a meia-noite quando se discutia a conclusão das tarefas de cada grupo. José Carlos Mota ainda deu a um representante de cada mesa a oportunidade de fazer um resumo das respectivas conclusões, mas os olhos, a barriga, já não estavam pousados nos papéis.

O que vinha a seguir, disse ao PÚBLICO, era tão importante como o resto, pois à volta daquelas igualdades, acompanhadas de um copo de bom vinho, a conversa prolongava-se, distendida. "Este exercício visa criar espaços de escuta. As pessoas têm poucas oportunidades para se fazerem ouvir", assinalava o docente da UA, visivelmente feliz com a adesão a estas sessões.

acentrao@publico.pt